

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2022

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Solicita informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre a denúncia de que grupo suspeito de garimpo ilegal em terra yanomami movimentou mais de R\$ 200 milhões conforme investigação da Polícia Federal.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre a denúncia de que grupo suspeito de garimpo ilegal em terra yanomami movimentou mais de R\$ 200 milhões conforme investigação da Polícia Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Em 19 de maio de 2022, um grupo suspeito de operar a logística aérea para explorar garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami, a maior do Brasil, movimentou mais de R\$ 200 milhões em dois anos, aponta investigação da Polícia Federal que resultou numa nova operação nesta quinta-feira (19).

O grupo, diz a PF, é integrado pelo empresário Rodrigo Martins de Mello, pré-candidato a deputado federal pelo PL, partido do presidente Jair Bolsonaro. Mello passou a coordenar um movimento de garimpeiros em Roraima que tenta legitimar a atividade criminosa no território yanomami.



Segundo a PF, aeronaves em nome de empresas do grupo são utilizadas para transportar pessoas, combustível e equipamentos a áreas de garimpo na terra yanomami, como forma de concretizar a extração ilegal de minérios.

A pilhagem de ouro na terra yanomami explodiu desde a chegada de Bolsonaro à Presidência da República. O presidente defende mineração em terras indígenas e não se opõe aos garimpos ilegais.

Associações de indígenas estimam que 20 mil garimpeiros estão na terra yanomami, com a permanência garantida por donos de balsas, dragas, "tatuzões" e aeronaves. Essas associações denunciam uma série de violações aos direitos dos indígenas.

Em janeiro, a juíza federal de segunda instância Maria do Carmo Cardoso, que é próxima da família Bolsonaro, liberou recursos e aeronaves do grupo suspeito de operar a logística aérea para garimpos na terra yanomami. A magistrada atua no TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), é chamada de "Tia Carminha" e atua como uma espécie de conselheira jurídica da família.

Os bens haviam sido sequestrados por decisão da Justiça Federal em Roraima, com base em investigações da PF e do MPF (Ministério Público Federal).

As suspeitas são de que o grupo constituiu organização criminosa para exploração ilegal de ouro e cometeu crimes ambientais e lavagem de dinheiro.

Em 2019, relatório feito pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para as Crianças) em parceria com a Fiocruz e o Ministério da Saúde apontou que 81,2% das crianças menores de cinco anos pesquisadas na região tinham baixa estatura para a idade (desnutrição crônica), 48,5% estavam com baixo peso para a idade (desnutrição aguda) e 67,8% estavam anêmicas.

A terra indígena completa 30 anos de demarcação no próximo dia 25 de maio. No ano passado, dois indígenas isolados foram assassinados a tiros no território por invasores.

Por todo o exposto, tendo em vista a relevância e gravidade dessa denúncia, faz-se necessário a busca de informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre quais as medidas ou ações governamentais de



repressão ao garimpo ilegal e consequentes crimes ambientais e lavagem de dinheiro em terra Yanomami.

Plenário, 23 de maio de 2022.

Dep. Leo de Brito
PT/AC

